

da reconciliação do bispo Stratford com Guilherme Kilsby e com Eduardo III) e, o segundo, receita e gastos do *Exchequer* sob Eduardo II e Eduardo III. A isso tudo o autor anexou minuciosa bibliografia.

J. R. DE ALMEIDA MELLO

* * *

HOLMES (George). — *The Good Parliament*. Oxford, Clarendon Press, 1975. VIII + 206 pp.

O Bom Parlamento de 1376 tem sido encarado pelos adeptos da histórica constitucional da Inglaterra como uma etapa na evolução geral do parlamento. Destaque especial tem merecido nele a utilização do recurso do *impeachment* pelos cavaleiros do condado (*knights of the shire*). Mas, o lado político, a trama dos acontecimentos que resultaram na crise de 1376, não receberam até hoje muita atenção.

Constatando isso o autor se propõe então a estudar a natureza dessa crise e as circunstâncias que lhe possibilitaram a eclosão.

Nos cinco primeiros capítulos ele nos apresenta os fatores que criaram aquele impasse na política inglesa. Fatores externos principalmente: as relações com o Papado e com a França. A corte assumira, entre 1372 e 1374, uma dura atitude face aos dois organismos. Recusava ao Papa o subsídio solicitado para suas guerras na Itália e sustentava o duque da Bretanha, João de Montfort, contra o rei da França. Porém, em 1375, operou-se uma reviravolta em tal política, criando-se, portanto, o terreno propício às críticas que se fariam no Parlamento de 76. O Papa acabou recebendo o subsídio, e o apoio ao duque da Bretanha foi substituído por uma trégua humilhante com os franceses.

Essa mudança na política é explicada pela interação entre as solicitações papais e a guerra com a França. A melhoria na organização dos exércitos franceses e a insegurança e descoordenação na condução da guerra pelos ingleses levaram-nos a certas perdas no jogo que fizeram com o duque da Bretanha. Daí a aceitação das tréguas. Com estas cessavam os motivos alegados por Eduardo para recusar o dinheiro ao Papa. Mas, a concessão deste era inusitada, levando assim o autor a buscar as razões de tal atitude. Ele as encontra nos cálculos políticos do governo em torno da eleição do novo Primaz de Cantuária. O anterior havia falecido em 1374 e esperava-se a complacência papal para a eleição de um candidato favorável ao rei e à corte, o que facilitaria em muito o prelevamento de taxas sobre o clero para sustentar a guerra com a França. A concessão do auxílio vinha a ser, pois, uma barganha, condicionada, porém, à interrupção da luta.

O negócio todo foi considerado por certas correntes da opinião contemporânea como bastante prejudicial aos interesses ingleses. Destarte, a corte ficou isolada em sua política exterior e à mercê de futuros ataques.

Estes, como era natural, acabaram sendo traduzidos também em termos financeiros. No capítulo IV Holmes tenta verificar-lhes a extensão e a veracidade, repartindo o estudo em três setores: os oficiais reais, os empréstimos, a política financeira e o comércio.

Quanto aos primeiros, tendo enumerado os mais importantes e influentes, diz não haver provas suficientes que lastreiem as acusações feitas no Bom Parlamento contra alguns deles. Somente a posição que ocupavam no governo um Guilherme Latimer (camareiro), um João Neville de Raby (intendente do Palácio) dá azo às suposições. E, neste campo, a mais vulnerável era a concubina real, Alice Perrers. Os empréstimos da Coroa, que também deram margem a acusações, implicaram sobretudo um grupo de negociantes estrangeiros e outro de comerciantes londrinos — em especial os dois maiores deles, Ricardo Lyons e João Pyel. Holmes verifica então a vinculação desses empréstimos com as necessidades geradas pelas campanhas continentais de 1370 a 75, e a proveniência do dinheiro. Finalmente, a política financeira da corte estava ligada às licenças dadas momentaneamente pela Coroa para exportação fora do *Staple* de Calais, devido ao desentendimento com as cidades flamengas entre 1371-72. Mas, resolvido este, as licenças continuaram a ser expedidas, para benefício dos estrangeiros, principalmente. Tais concessões poderiam ser muito lucrativas para a Coroa, quer como forma de pagamento de débitos atrasados com companhias estrangeiras, quer na obtenção de ulteriores empréstimos de sua parte. Mas aqui, novamente, o autor esbarra com a dificuldade na confirmação dessas suposições, vendo dificuldade em rastrear até a fonte o dinheiro fornecido pelas companhias à Coroa. Para demonstrar melhor a desorientação da corte na condução dos negócios do governo, Holmes inclui nesse capítulo uma rápida apreciação sobre a administração da Irlanda.

Passa então para a análise do Bom Parlamento, onde, após estabelecer o procedimento adotado nas deliberações, procura descobrir os motivos das queixas contra a corte.

Da parte dos comuns as acusações no campo das finanças e do comércio parecem ter sido provocadas pelo conflito de interesses comerciais. Holmes levanta quatro pontos conclusivos a esse respeito. Nos ataques a Latimer e Lyons ele vê os interesses dos comerciantes do *Staple*, prejudicados com a evasão das exportações e com a concorrência das mercadorias vendidas fora desse mercado. E, ainda com Lyons e Pyel há a considerar a rivalidade de comerciantes londrinos. No *impeachment* de G. Elys predominaram os interesses provinciais, a rivalidade comercial entre as cidades de Yarmouth e Lowestoft. Quanto aos italianos, embora não havendo um ataque geral, as petições regis-

tram quatro casos específicos. Holmes diz que os comerciantes ingleses ter-se-iam aproveitado de seu enfraquecimento, com o declínio geral do comércio por volta de 1376, e do desfavor dos florentinos com Gregório XI durante a Guerra dos Oito Santos, para atacá-los e a corte que os amparava. Além disso, contra Latimer foram levantadas acusações à propósito da perda de duas fortalezas, St. Sauveur e Becherel, algumas das quais procedentes.

Duas crônicas da época constataam que os ataques no parlamento foram iniciados não pelos burgueses, mas pelos cavaleiros. Isso leva o autor a investigar a linha de atuação dos últimos e os motivos da mesma. Procura inicialmente identificá-los, constatando com surpresa serem na maioria cavaleiros de fato, por direito de nascimento, portanto nobres e com interesses diversos dos burgueses. Tal constatação serve, no entanto, para dificultar a compreensão de sua conduta, pois não se identificando com os burgueses, não se alinhavam também com os magnatas. Talvez achassem a corte corrompida e se valessem das queixas dos comerciantes para atacá-la. Mas para Holmes isto só foi possível devido a atitude dos bispos e dos magnatas (p. 139).

Alguns dentre estes haviam sido designados para auxiliar os comuns em suas deliberações. Entre os prelados uma querela sobre jurisdição eclesiástica opunha, no momento o bispo Courtenay a um membro da corte, o bispo Sudbury. A aliança da Coroa com o Papa no caso do subsídio era mal vista tanto pelo clero como pelos laicos, e favorecia o reaparecimento de velhas reclamações sobre o pluralismo, reserva de benefícios pela Santa Sé e absentismo dos titulares de cargos eclesiásticos. Com os magnatas, provavelmente, contavam a insatisfação com o curso da política militar da corte e os fracassos sucessivos das campanhas continentais na década dos setenta. Neste ponto, a posição do duque de Lancaster na condução dos negócios externos deve ter pesado bastante.

Os danos causados à corte pelo Bom Parlamento não foram profundos. Apenas arranhões, cujos efeitos duraram, quando muito, até o final de 76. Todavia, para desfazer a má impressão geral, ela foi obrigada a inverter novamente sua política. As tentativas subseqüentes de conseguir um acordo com Carlos V fracassaram e o litoral inglês continuou exposto às incursões dos adversários. A reação anti-papal trouxe de volta a taxaçoão sobre o clero e favoreceu o florescimento das doutrinas de Wicliff, com a proteçoão que a corte passou a lhe dispensar.

Em vista disso tudo, Holmes conclui que o Bom Parlamento, embora tendo marcado um estágio na evolução constitucional da Inglaterra, foi fruto de um erro de cálculo: a adoçoão de uma política agressiva pelo governo, num momento pouco propício. Tão logo ela foi abandonada o governo voltou a gozar da confiança geral, até a morte de Eduardo em 77. Porém, certas críticas nele

veiculadas e a recusa da concessão de subsídios eram sintomas de uma insatisfação mais profunda e perigosa no setor das relações externas da Inglaterra.

Aqui temos portanto um estudo interessante sobre uma dessas discutidas crises que pontilharam a história política da Inglaterra no século XIV.

J. R. DE ALMEIDA MELLO

* * *

BIRABEN (Jean-Nöel). — *Les hommes et la peste en France et dans les pays européens et méditerranéens*: tomo I *La peste dans l'histoire* e tomo II *Les hommes face à la peste*. Paris, Mouton, 1975-1976 (coleção "Civilisations et Sociétés", 35-36), 455 e 416 páginas, ilustrações, mapas, gráficos e tabelas.

Os dois volumes desta obra foram concebidos de maneiras diferentes, o primeiro com uma estrutura histórica, voltada para a evolução da peste através do tempo, o segundo examinando as diversas formas do homem encarar aquele flagelo. Inicialmente o autor faz uma introdução médico-epidemiológica, fornecendo certas noções importantes, e quase sempre desconhecidas do historiador e do demógrafo, para se seguir o desenvolvimento histórico da peste. Este é então examinado em três grandes momentos: a peste justiniana da Alta Idade Média, a Peste Negra do século XIV e a peste na Época Moderna, até seu desaparecimento do Ocidente na primeira metade do século XVIII. Depois de o ritmo sazonal da peste e seu reaparecimento cíclico terem sido estudados, a atenção de Biraben volta-se para as perdas humanas provocadas pela doença, bem como para o comportamento demográfico das populações em tempo de peste. O segundo volume começa com um interessante estudo das concepções antigas sobre a peste, vista dentre outras formas como resultado de castigo divino, de conjunção de planetas, de eclipses, ou da passagem de cometas. Analisa-se em seguida a luta contra a peste, que assumia duas formas: de um lado, magia, sacrifícios, exorcismos, uso de talismãs, preces, procissões, apelo a santos e outras credences; de outro lado, com uma crescente importância, a presença cada vez mais constante das intervenções estatais, através de regulamentos sobre higiene, medidas contra o contágio, contra a difusão da peste de uma região para outras, recrutamento de pessoal especializado para tratar dos doentes, etc.

Talves pela amplitude do tema, o autor — levado a examinar vários cenários visitados pela peste em diferentes momentos — comete algumas impropriedades que sem, de forma alguma, comprometer o valor da obra, diminui um pouco seu alcance. Este é o caso, por exemplo, de alguns momentos em que Biraben não chega a fundamentar melhor uma afirmativa, como ao examinar as perdas humanas provocadas pela Peste Negra na paróquia de Saint Nizier de Lyon, constata uma mortalidade feminina maior, que ele atribui ao fato de provavelmente haver na cidade mais mulheres, devido a uma emigração rural de-